



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo - Setor Sudoeste - Bairro Setor Sudoeste - Brasília - CEP 70670350

Telefone: (61) 2028-9411

Estudo Técnico Preliminar

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) digital está registrado no Portal de Compras do Governo Federal e no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. O presente estudo tem por objetivo apresentar as bases para o planejamento para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Vigilante Armado para atender às necessidades da Sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

2.2. A contratação de Vigilante Armado é essencial para garantir a segurança e a integridade dos equipamentos de segurança. Esses equipamentos estratégicos estão armazenados no ICMBio, exigindo guarda especializada para prevenir quaisquer riscos de extravio, furto ou acessos não autorizados, garantindo assim a continuidade das atividades institucionais.

2.3. O benefício direto para Administração Pública resultante desta contratação constitui-se na guarda do patrimônio público contra ações lesivas de terceiros, como atentados às instalações, roubo ou furto de equipamentos e intrusões voltadas para a perturbação da ordem no ambiente de trabalho, agressões a servidores e visitantes enquanto no interior do prédio guarnecido.

2.4. No tocante ao comodato dos materiais e equipamentos, a Administração Pública evita a necessidade de grandes investimentos iniciais na compra de equipamentos. Isso melhora a gestão orçamentária, pois o custo dos equipamentos é diluído ao longo do contrato, e os recursos podem ser alocados para outras áreas prioritárias.

2.5. O Decreto n.º 9.507/2018, que regulamenta a contratação de atividades acessórias à consecução da função pública, visa dotar a máquina pública, por meio da atividades de terceiros, de serviços fora de sua área de atuação.

2.6. A contratação dos postos de Vigilante Armado visa suprir a lacuna deixada pela Lei n.º 9.632, de 07 de maio de 1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, tendo por base ainda o disposto no art. 9º da Instrução Normativa n.º 05/2017, cuja incidência

se admite por força da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 98, de 26 de dezembro de 2022, que, ao estabelecer os objetos que não se podem terceirizar, excepciona, no seu parágrafo único, as atividades auxiliares, instrumentais e acessórias como passíveis de execução indireta:

"Parágrafo único - As atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias às funções e atividades definidas nos incisos do caput podem ser executadas de forma indireta, sendo vedada a transferência de responsabilidade para realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado."

2.7. A contratação de serviços a serem executados indiretamente pela Administração Pública no âmbito federal está prevista no Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, e na Portaria MPDG n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, estabelecem:

2.7.1. Os serviços terceirizados não são inerentes às atribuições dos cargos do quadro efetivo de servidores da Contratante, contudo, esses serviços não podem sofrer interrupção sob pena de comprometimento da continuidade das atividades da Administração, como preconiza o princípio da continuidade dos serviços públicos.

2.8. A execução indireta dos serviços terceirizados por meio da contratação de empresa especializada permitirá o contratante continuar sua atuação dinâmica, na medida em que possibilitará que seus servidores concentrem esforços exclusivamente no exercício de suas atribuições legais, no que diz respeito às atividades de planejamento, coordenação, fiscalização e controle, sem terem que se ocupar com elementos de cunho operacional e auxiliar, nem tampouco com a realização de atividades secundárias, embora essenciais, dispondo-os de maior capacidade de resposta às demandas ambientais da sociedade brasileira.

2.9. A legislação aplicável à contratação encontra amparo nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

Área Requisitante	Responsável
CLOG	Elaine Christinne Costa Eloy
CLOG	André Luis Rosa Soter da Silveira

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. O Contratado deverá dispor de profissionais obrigatoriamente contratados de acordo com a legislação trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), obedecidas também outras disposições constantes de acordos ou convenções coletivas de trabalho, celebrados entre entidades sindicais devidamente registradas e qualificado conforme o perfil de cada serviço constante nas atribuições das atividades.

4.2. Por se tratar de serviços de natureza continuada, cuja interrupção poderá prejudicar as atividades do Contratante, e pela sua contratação estender-se por mais de um exercício financeiro, o prazo de vigência será de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2.1. A possibilidade de prorrogação contratual até o limite máximo legal não implica direito subjetivo do contratado, estando condicionada à comprovação anual da vantajosidade econômica, da adequada execução contratual, da manutenção das condições de mercado e do interesse público, conforme exigido pelos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.3. O Contratado deverá conduzir suas ações em conformidade com os

requisitos legais e regulamentos aplicáveis, o caderno de logística de prestação de serviços de vigilância patrimonial do Governo federal, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, respondendo com exclusividade, por todas e quaisquer multas ou interpelações das autoridades competentes.

4.4. O Contratado deverá atender à **LEI Nº 14.967, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024,** às normas e portarias sobre segurança no trabalho e providenciar os seguros exigidos por lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas ou jurídicas envolvidas, direta ou indiretamente, nos serviços contratados.

4.5. O Contratado deverá se responsabilizar pelo pagamento e o ônus relativo a taxas, tributos, contribuições sociais, indenizações trabalhistas e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes do contrato de trabalho.

4.6. O Contratado será responsável por assegurar o deslocamento dos vigilantes até o local de prestação dos serviços, devendo garantir meios adequados de transporte diário entre a residência dos empregados e o posto de trabalho.

4.7. O cumprimento dessa obrigação poderá ocorrer mediante fornecimento de transporte próprio, contratação de transporte terceirizado, pagamento de vale-transporte ou outra forma legalmente admitida, desde que não haja ônus adicional para a Administração e sejam observadas as normas trabalhistas e a convenção coletiva da categoria profissional.

4.8. São requisitos básicos para os trabalhadores da contratação:

4.9. Habilidades:

- a) Comunicação: capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência e objetividade;
- b) Concentração: capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes;
- c) Ética: capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho;
- d) Gerenciamento do tempo: capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas;
- e) Resolução de problemas: capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações.

4.10. Atitudes:

- a) Altruísmo: capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;
- b) Disposição: capacidade de estar sempre alerta e disponível;
- c) Empatia: capacidade de compreender sentimentos, desejos, ideias e ações;
- d) Flexibilidade: capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;
- e) Pontualidade: capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade;
- f) Proatividade: capacidade de prever, reconhecer e assumir a responsabilidade de interferir e fazer com que as coisas importantes aconteçam;
- g) Profissionalismo: capacidade de demonstrar excelência, seriedade, competência e responsabilidade;

h) Equilíbrio emocional: capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.

4.11. São requisitos específicos para os trabalhadores da contratação:

Categoria	Vigilante Armado
Código CBO	5173-30
Jornada de Trabalho	Turno ininterrupto de revezamento em escala de 12 x 36h
Grau de Instrução	Ensino Fundamental
Atribuições	<ul style="list-style-type: none">• Zelar pela preservação do patrimônio público e pela boa conduta na utilização do espaço público;• Manter sob vigilância e controle da entrada e a saída de pessoas;• Realizar rondas nas áreas sob vigilância, verificando funcionamento dos equipamentos instalados nas dependências dos terminais, fechaduras, cadeados, trancas, iluminação interna e externa, portas e portões, etc;• Solicitar os serviços de urgência e emergência, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e demais instituições de apoio quando necessário;• Prezar pelo bom relacionamento com os demais colaboradores, auxiliando sempre que for demandado, mantendo os limites de atuação de cada atribuição;• Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;• Inspeccionar as dependências, visando identificar, prevenir e coibir, incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades;• Deixar o posto SOMENTE APÓS passar seu serviço ao substituto e informar todas as ocorrências do seu turno;• Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Contratante, facilitando, quando possível, a atuação daquelas, indicando testemunhas presenciais do eventual acontecimento;• Colaborar nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando a manutenção das condições de segurança;• Prestar auxílio ao pessoal da recepção;• Impedir a entrada de pessoas não autorizadas;• Solicitar a saída do interior do prédio de pessoas não autorizadas;• Informar imediatamente à Contratante sobre quaisquer anormalidades por meio do canal de mensagens instantâneas;• Manter o espaço dos dos vigilantes organizado;• Manter a guarda do posto;• Garantir a destinação adequada de baterias e pilhas usadas em lanternas;• Guardar sigilo das informações relacionadas ao serviço;• Adotar todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, de acordo com as orientações e determinações previstas em leis e normas, treinamentos e manuais pertinentes;• Portar a arma somente no coldre, mantendo atenção para que o fecho de segurança do coldre permaneça sempre travado;• Utilizar arma somente em legítima defesa, própria ou de terceiros,

	<p>após esgotados todos os meios para solução de eventual problema;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manter livro de ocorrências, rubricado pelo PREPOSTO DO CONTRATADO, onde serão registrados e detalhados todos incidentes e/ou anormalidades relacionadas à prestação dos serviços, com anotações regulares sobre todos fatos observados que possam ser relevantes para quaisquer verificações pela Equipe de Fiscalização do Contrato; • Preencher corretamente todos os formulários de controle, não se esquecendo de assinar, colocar o número da matrícula, o nome do posto e entregar à unidade competente, ao término do turno. • Nunca brincar com a arma, manuseá-la desnecessariamente ou entregar a outras pessoas, mesmo que qualificadas.
<p>Demais Requisitos: LEI Nº 14.967, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ser brasileiro, nato ou naturalizado; • Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos; • Ter sido considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica; • Ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico; • Possuir Carteira Nacional de Vigilante (CNV); • Reciclagem de curso vigente, obedecendo o prazo de 2 anos; • Possuir habilitação para manusear armamento; • Não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e • Estar quite com as obrigações eleitorais e militares; e • Ter concluído todas as etapas do ensino fundamental.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Foram analisadas as soluções usualmente disponíveis no mercado para atendimento da necessidade de segurança patrimonial, notadamente a vigilância orgânica armada, a vigilância eletrônica e soluções híbridas.

5.2. A solução proposta neste estudo (postos de vigilância de 12x36 horas diurnas e noturnas) é a metodologia de contratação utilizada pela Administração Pública.

5.3. Dentre as soluções para necessidade de serviços contínuos de segurança patrimonial, existem usualmente duas formas de contratações, ou seja, a contratação de segurança eletrônica e a contratação de segurança orgânica ou ainda, a contratação híbrida envolvendo as duas formas de prestação de serviço, soluções amplamente utilizadas. Nesse sentido, cabe informar que existe em andamento licitação para a contratação da vigilância eletrônica, que tem a finalidade de aumentar o nível de segurança das instalações do ICMBio.

5.4. Acrescente-se que não se identificou no mercado inovações em soluções que sejam mais indicadas para atender necessidade do Instituto a ponto de substituir a solução adotada. Considere-se, ainda, que a Sede do Instituto não dispõe em seu quadro funcional de pessoal especializado na área, ou seja, não existe no quadro funcional recursos humanos para a execução rotineira dos serviços objetos da contratação, fator que justifica a necessidade da contratação de serviços de segurança

patrimonial de forma continuada, serviços inerentes à categoria profissional de Vigilantes.

5.4.1. A vigilância eletrônica e as soluções híbridas, embora complementares, não substituem a necessidade de vigilância armada presencial, especialmente para o controle de acesso, pronta resposta a eventos críticos e atuação imediata em situações de risco, razão pela qual se adota a contratação de vigilância armada como solução principal.

5.5. A Administração compôs a cesta de preços a partir do preenchimento da planilha de custos e de pesquisa e pesquisa de preços, conforme o método estabelecido pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

5.5.1. Os preços dos materiais, equipamentos e uniformes foram estimados por meio de pesquisa no sistema Banco de Preços.

5.5.2. A Administração estimou o salário benefícios mensais conforme as convenções coletivas de trabalho e a lei da respectiva base territorial; e para os custos indiretos, lucros e tributos variáveis, de acordo com os valores médios praticados no mercado.

5.5.3. As licitantes deverão apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços nos moldes estabelecidos no Termo de Referência, as quais deverão conter os componentes de custos e despesas incidentes na prestação dos serviços e tenham impacto financeiro para o Contratante, tais como: remuneração, encargos sociais, encargos tributários, despesas operacionais, administrativas, lucro, benefícios diretos e indiretos, a exemplo do auxílio-alimentação ou refeição (cabendo aos prestadores de serviços a opção por um ou por outro) e outros. É importante destacar que, conforme determina a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 176, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024, que os licitantes deverão considerar os custos estabelecidos pela Administração como mínimos, não podendo suprimir direitos ou garantias estabelecidas aos trabalhadores.

5.5.4. No intuito de garantir tratamento isonômico entre os licitantes, o ICMBio **utilizou e definiu como paradigma**, no preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços para apuração dos valores estimados da contratação e composição dos custos, as orientações e informações referentes às Convenções Coletivas de Trabalho – Sindesp-DF - DF000685/2025;

5.5.5. Para a estimativa dos percentuais a serem aplicados para a provisão dos custos da reposição dos profissionais ausentes, módulo 4 da planilha de custos, informamos que fora realizada pesquisa de preços junto a outros órgãos da Administração, por meio do sistema Banco de Preços. Do resultado da pesquisa, calculamos a média dos índices aplicados em certames recentes para contratações do mesmo escopo e definimos os percentuais máximos aceitáveis para a contratação pleiteada.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. O objeto será a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Vigilante Armado para atender às necessidades da Sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

6.2. Descrição dos Serviços:

6.2.1. O CONTRATADO terá o prazo de 15 (quinze) dias contado da assinatura do contrato para dar início ao trabalho.

6.2.2. Os serviços serão executados de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, ininterruptamente.

6.2.3. O Contratante poderá alterar os horários estabelecidos no presente ETP, desde que o CONTRATADO seja comunicado com antecedência, para que sejam adotadas as devidas providências.

- 6.2.4. O Contratado deverá iniciar os serviços após a assinatura do contrato.
- 6.2.5. Os valores discriminados na planilha de custos e formação de preços deverão seguir o disposto em acordo coletivo trabalho e em norma da respectiva base territorial da prestação dos serviços.
- 6.2.6. O custo com reposição do profissional ausente será de responsabilidade do Contratado.
- 6.2.7. Os equipamentos, uniformes e equipamentos deverão ser entregues mediante recibo, que será entregue ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.
- 6.3. **São deveres e disciplinas dos trabalhadores:**
- 6.3.1. respeitar a dignidade e a diversidade da pessoa humana;
- 6.3.2. exercer suas atividades com probidade, desenvoltura e urbanidade;
- 6.3.3. utilizar corretamente o uniforme aprovado e portar identificação profissional, crachá identificador e demais equipamentos para o exercício da profissão;
- 6.3.4. manter-se adstrito ao local sob vigilância, observadas as peculiaridades dos serviços de segurança;
- 6.3.5. manter o sigilo profissional, ressalvado o compromisso com a denúncia de ação delituosa;
- 6.3.6. cumprir todas as normas disciplinadoras durante a jornada de trabalho e determinações legais emanadas do CONTRATANTE;
- 6.3.7. deixar o posto de trabalho somente após o encerramento de seu serviço, salvo em situações necessárias;
- 6.3.8. comunicar, com antecedência, ao preposto do CONTRATADO a necessidade de se afastar do serviço;
- 6.3.9. acatar as orientações do preposto do CONTRATADO;
- 6.3.10. comunicar imediatamente ao preposto qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, e que possa vir a representar risco à segurança do ICMBio, para que sejam adotadas as providências necessárias;
- 6.3.11. não contatar verbal ou por escrito qualquer autoridade ou servidores do CONTRATANTE para tratar de assuntos atinentes ao contrato, o que deve ser feito direta e exclusivamente ao preposto do CONTRATADO;
- 6.3.12. desenvolver todas as atividades inerentes a sua área de responsabilidade, de acordo com as necessidades do serviço;
- 6.3.13. abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos no Edital e seus anexos, durante o período em que estiver prestando os serviços;
- 6.3.14. atender, de pronto imediato, as determinações emanadas do CONTRATANTE relativas ao serviço.
- 6.4. **Especificidades relativas ao Vigilante Armado:**
- 6.4.1. O Contratado deverá seguir a legislação em vigor e as normas regulamentares, independentemente de transcrição, que trate dos serviços executados por esta contratação, em especial as relativas à arma de fogo, segurança do trabalho, treinamento e reciclagem.
- 6.4.2. Qualificação e capacitação contínua dos vigilantes:
- 6.4.2.1. Formação e Reciclagem: apresentação de comprovantes de formação em curso de vigilante e reciclagem periódica, realizados em instituições credenciadas pela Polícia Federal;
- 6.4.2.2. Aptidão Física e Psicológica: avaliações periódicas de aptidão física e

psicológica para o porte de arma de fogo e exercício da função de vigilante;

6.4.2.3. Atualização Constante: manutenção de um programa de atualização constante dos vigilantes sobre as legislações, técnicas de segurança e procedimentos operacionais.

6.4.3. Equipamentos e armamentos adequados e em perfeito estado de conservação:

6.4.3.1. Armamento e Munições: fornecimento de armamento e munições em conformidade com a legislação e as necessidades de cada posto, com documentação regularizada;

6.4.3.2. Equipamentos de Proteção Individual - EPIs: disponibilização de EPIs adequados, como coletes balísticos com nível de proteção compatível com os riscos, uniformes, entre outros;

6.4.3.3. Equipamentos de Comunicação: fornecimento de rádios comunicadores com alcance adequado para a área de atuação, garantindo a comunicação entre os vigilantes e os demais postos envolvidos na segurança do ICMBio;

6.4.3.4. Manutenção Preventiva e Corretiva: realização de manutenção preventiva e corretiva em todos os equipamentos e armamentos, garantindo o perfeito funcionamento e a segurança dos vigilantes.

6.4.4. **Plano de Contingência:**

6.4.4.1. Procedimentos para Situações de Emergência: elaboração e implementação de um plano de contingência que contemple procedimentos para diversas situações de emergência, como invasões e acidentes;

6.4.4.2. Treinamento em Situações de Emergência: treinamento dos vigilantes em como agir em situações de emergência, garantindo a rápida e eficaz resposta a qualquer incidente.

6.5. **Alocação de trabalhadores**

6.5.1. O CONTRATADO deve alocar os trabalhadores necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, atendendo à legislação e às recomendações de boa técnica.

6.5.2. A alocação dos trabalhadores para as vagas disponíveis se dará mediante seleção de candidatos pelo CONTRATADO.

6.5.3. O CONTRATADO apresentará ao CONTRATANTE, no mínimo, 3 (três) currículos de candidatos qualificados para a vaga, em até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da ordem de serviço.

6.5.4. O CONTRATANTE deverá entrevistar os candidatos, podendo submetê-los a testes práticos relacionados a atividades da vaga disponível, e comunicar ao CONTRATADO no prazo de até 3 (três) dias, contados do recebimento dos currículos, que terá o mesmo prazo deste subitem para efetivar a contratação do candidato.

6.5.5. O CONTRATANTE poderá devolver ao CONTRATADO o trabalhador que deixar de atender as suas necessidades.

6.5.6. Se o CONTRATADO decidir, por quaisquer motivos, retirar do posto de trabalho o trabalhador não devolvido pelo ICMBio, deverá comunicar ao CONTRATANTE com antecedência de 30 (trinta) dias, evitando a descontinuidade do serviço.

6.5.7. O CONTRATADO notificará ao CONTRATANTE sobre o calendário de férias dos empregados com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

6.6. **Controle de Jornada**

6.7. As empresas manterão o controle da jornada de trabalho dos trabalhadores por meio de folha de ponto ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.8. O CONTRATADO terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do termo de contrato, para efetivar o cadastro de todos os trabalhadores e operar o sistema de controle de jornada de maneira plena.

7. ESTIMATIVA DOS VALORES E DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. O caderno de logística disponibilizado pela Secretaria de Logística do Ministério da Economia estabelece que nos serviços de vigilância, a unidade de medida adotada consiste em postos de trabalho com escalas de trabalho específicas. A Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 estabeleceu algumas escalas de trabalho que devem ser preferencialmente adotadas.

7.2. Entende-se que a escala ideal para a prestação de serviços é a de:

I - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, escalas de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

II - 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, escalas de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

ESTIMATIVA DE VALORES A SEREM CONTRATADOS				
Grupo	Item	Quantidade de Postos	Quantidade de empregados	Descrição do posto
1	1	1	2	Vigilante armado - Diurno (12hX36h)
	2	1	2	Vigilante armado - Noturno (12hX36h)
	3	12 (meses)	-	Transporte

8. ESTIMATIVA DOS VALORES E DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. O art. 24, VI, da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 5/2017, exige a necessidade de realização de pesquisa de preços nos estudos técnicos preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços.

8.2. A Administração compôs a cesta de preços a partir do preenchimento da planilha de custos, de acordo com o método estabelecido pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021:

Instrução Normativa nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal

de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

Metodologia para obtenção do preço estimado."

8.3. Salários dos empregados

8.3.1. O piso salarial dos empregados da categoria de vigilante armado foi estimado com base na Convenção Coletiva de Trabalho do respectivo sindicato, não havendo singularidade nas atribuições que justifique o estabelecimento de piso salarial diferenciado.

8.3.2. Para a definição e composição dos módulos referentes ao salário e aos benefícios mensais, foram rubricados segundo o estabelecido em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, sentença normativa ou lei da respectiva base territorial da prestação dos serviços; já para as rubricas dos módulos referentes aos custos indiretos, lucros e tributos variáveis, conforme valores médios praticados em planilhas de custos de outros contratos da Administração Pública Federal (SEI nº 023250812).

8.4. Vale-alimentação e transporte

8.4.1. Os valores discriminados na planilha de custos e formação de preços, referente aos benefícios obrigatórios deverão seguir os estabelecidos em acordo, convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei, considerando, inclusive, a base territorial da prestação dos serviços contratados.

8.4.2. A Administração estabeleceu o quantitativo médio de 15 (quinze) dias de trabalho por mês para a composição da planilha de custos e o pagamento do vale-alimentação aos empregados, considerando a jornada na escala 12x36. Tal estimativa observa a memória de cálculo constante do Acórdão nº 1.904/2007 - TCU - Plenário, que admite a utilização de médias mensais para fins de apuração de custos.

8.4.3. O empregado receberá mensalmente vale-alimentação correspondente a 15 (quinze) dias de trabalho, independentemente da quantidade de finais de semana e feriados no período, exceto durante as férias ou em casos de faltas legais. O critério

adotado visa facilitar a fiscalização e a gestão do contrato.

8.4.4. Para o item 3 – Transporte, a Administração estimou o quantitativo de 15 (quinze) dias de trabalho, considerando o valor diário de R\$ 32,30 (trinta e dois reais e trinta centavos).

8.4.4.1. O item 3 – Transporte não será objeto de disputa, de modo que os licitantes não poderão ofertar lances, devendo ser observado o valor previamente fixado para o referido item.

8.4.4.2. O pagamento do auxílio-transporte será realizado em caráter de reembolso, condicionado à apresentação de declaração formal, acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios, que evidenciem o domicílio de cada empregado alocado na execução do objeto contratual, bem como a indicação do valor do vale-transporte a ser pago individualmente a cada colaborador, nos termos da legislação vigente.

8.4.5. Em caso do CONTRATADO realizar os descontos permitidos na legislação em vigor, como impedimentos e faltas, por exemplo, o valor será glosado de seu faturamento mensal.

8.5. Reposição do profissional ausente

8.5.1. Os custos de reposição do profissional ausente são custos não renováveis, considerando que, quando a Administração prorroga o contrato, após 12 (doze) meses de vigência, estes deverão ser eliminados da planilha de custos e formação de preços, uma vez que já estarão pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação, conforme se depreende do subitem 1.2 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 5/2017. Esses custos integrariam novamente a planilha de custos e formação de preços somente quando o CONTRATADO os utilizaria com as despesas de reposição do profissional ausente. De modo comum, existem 2 (dois) meios de custear esses valores:

8.5.1.1. Primeiro: em caso de haver o provisionamento de custos de reposição do profissional ausente na planilha de custos e formação de preços, o CONTRATADO deverá providenciar a respectiva cobertura do posto de trabalho, quando da ausência do profissional efetivo, como, por exemplo, férias, afastamentos e ausências legais, entretanto, não deverá faturar o valor do posto de trabalho relativo ao período em que houve cobertura por um profissional transitório, já que a Administração custeou mensalmente esse valor no ano anterior da contratação.

8.5.1.2. Segundo: em caso de não haver o provisionamento de custos de reposição do profissional ausente na planilha de custos e formação de preços, o CONTRATADO deverá providenciar a respectiva cobertura do posto de trabalho, quando da ausência do profissional efetivo, como, por exemplo, férias, afastamentos e ausências legais, entretanto, deverá faturar o valor do posto de trabalho relativo ao período em que houve cobertura por um profissional transitório, já que a Administração não custeou mensalmente esse valor no ano anterior da contratação.

8.5.2. Considerando que nem todos os postos de trabalho serão cobertos, uma vez que a tendência natural é ficarem ociosos durante esses dias de ausência do trabalhador efetivo; que é demasiadamente trabalhoso a Administração analisar se cada posto de trabalho será coberto e se esses custos não renováveis serão utilizados integralmente pelo CONTRATADO; que a fiscalização e gestão da contratação e a repactuação de seus respectivos valores serão analisados e concedidos breve e acertadamente; a Administração decidiu não provisionar os custos de reposição do profissional ausente na planilha de custos e formação de preços, exceto do substituto na cobertura de afastamento maternidade, e realizar o pagamento do valor integral do posto de trabalho correspondente ao período de cobertura transitória do posto de trabalho, quando estiver ausente o profissional efetivo, considerando ser obrigação do CONTRATADO manter a continuidade na execução dos serviços.

8.5.3. O contratado deverá manter a continuidade da execução dos serviços, sem

qualquer ônus adicional para a Administração, em casos de férias, afastamentos e demais ausências legais dos empregados, exceto nos afastamentos por maternidade, situação em que será admitido o provisionamento e o respectivo custeio conforme já previsto neste Estudo Técnico Preliminar

8.6. Planilha de custos

8.6.1. A Administração detalhou os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços a partir do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, conforme estabelece a IN SEGES/MPDG Nº 05/2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022:

2. São diretrizes específicas a cada elemento do Termo de Referência ou Projeto Básico: (...)

2.9 Estimativa de preços e preços referenciais:

a) Refinar, se for necessário, a estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais realizados nos Estudos Preliminares;

b) **No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. **por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços**, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

8.6.2. A Administração estimou os benefícios mensais de acordo com as convenções coletivas de trabalho e a lei da respectiva base territorial; e para os custos indiretos, lucros e tributos variáveis, de acordo com os valores médios praticados no mercado.

8.6.3. Para estimar o custo mensal dos materiais e equipamentos, o preenchimento das planilhas de custos considerou a pesquisa de preços de cada item realizada no sistema do Painel de Preços e do Banco de Preços (<https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/pesquisa>) e, portanto, estabelecer seu valor máximo aceitável.

8.7. Resumo Geral da Previsão dos Custos da Contratação:

Brasília-DF							
Grupo	Item	Quantidade de Postos	Quantidade de trabalhadores	Descrição do posto	Máximo valor unitário estimado por empregado	Máximo valor mensal estimado do posto	Máximo valor estimado para 12 meses
1	1	1	2	Vigilante Armado - Diurno 12hx36h	R\$ 14.016,36	R\$ 28.032,72	R\$ 336.392,61
	2	1	2	Vigilante Armado - Noturno 12hx36h	R\$ 15.857,63	R\$ 31.715,26	R\$ 380.583,11
	3	12 (meses)	-	Transporte	R\$ 969,00	R\$ 1.938,00	R\$ 23,256,00

9. JUSTIFICATIVA PARA NÃO ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Administração não adotará o Sistema de Registro de Preços-SRP, em observância aos preceitos da Lei 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023:

9.2. Assim, vislumbra-se que, embora a legislação determine que preferencialmente deva-se adotar, quando pertinente, o Sistema de Registro de Preços-SRP pelos órgãos e entidades do Sistema de Serviços Gerais-SISG, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada.

9.3. No caso do ICMBio, optou-se pela não adoção do SRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, bem como a possibilidade de permissão de caronas futuras, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos da Administração Pública, demandando maior tempo na realização das atividades e alongamento do prazo para este Instituto, considerando a condição de órgão gerenciador.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. Ainda que seja regra o parcelamento das soluções a serem contratadas, essa não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a perda de economia de escala.

10.2. Após análise, a Equipe de Planejamento da contratação avaliou todas as possibilidades e riscos de parcelamento da solução, bem como a viabilidade do não parcelamento.

10.2.1. A contratação dos serviços sem o parcelamento do seu objeto é a opção que melhor atende aos interesses e necessidades da Administração pelos seguintes motivos:

I - Valor significativo: O parcelamento dos serviços resultaria em contratos de menor valor, o que poderia torná-los menos atrativos para as empresas do segmento. Ao realizar uma contratação sem parcelamento, é possível manter um valor expressivo que seja vantajoso para as empresas participantes, estimulando a competição no processo licitatório.

II - Maior competitividade: Ao consolidar o objeto em um único contrato de maior valor, é esperado que haja uma maior atratividade para as empresas do mercado. Isso resulta em uma maior competição entre os licitantes, o que pode favorecer a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

III - Economia processual: Optar por um único contrato evita a necessidade de gerir múltiplos contratos, proporcionando uma economia processual significativa. A centralização das atividades de contratação simplifica os procedimentos administrativos e reduz a burocracia, otimizando o uso dos recursos da Administração.

IV - Facilidade de fiscalização: A concentração dos serviços em um único contrato facilita os procedimentos de fiscalização, uma vez que os controles e acompanhamentos serão exercidos sobre uma única empresa contratada. Isso simplifica a gestão e permite um melhor monitoramento dos resultados e cumprimento das obrigações contratuais.

V - Economia de recursos financeiros: Ao evitar o parcelamento, reduz-se a necessidade de múltiplas publicações, como resultados de julgamento da licitação, extratos de contratos e termos de aditamentos. Isso resulta em economia de recursos financeiros, que poderão ser direcionados para outras áreas ou investimentos prioritários.

VI - Otimização de recursos humanos: A realização de um único procedimento de contratação concentra as atividades da equipe responsável pelo processamento da licitação, a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização. Dessa forma, é possível otimizar a alocação de recursos humanos, evitando dispersão de esforços e garantindo uma gestão mais eficiente e eficaz.

VII - Estímulo à participação de empresas: A não realização do parcelamento resulta em um volume de negócios mais atrativo para as empresas do mercado. Isso incentiva a participação de um maior número de potenciais licitantes, ampliando a concorrência e possibilitando uma seleção mais criteriosa e vantajosa para a Administração.

10.3. Em suma, a não fragmentação da contratação de serviço de vigilante em diferentes contratos apresenta benefícios em termos de atratividade para as empresas, competitividade, simplificação administrativa, facilidade de fiscalização, economia de recursos financeiros e otimização de recursos humanos. Portanto, essa abordagem é a que melhor atende aos interesses da Administração, garantindo a eficiência, transparência e qualidade na contratação dos serviços.

10.4. Destarte, sem prejuízo da viabilidade técnica e econômica da licitação, ou perda de escala ou detrimento do melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade, o serviço será contratado em grupo único, sem parcelamento, a ser considerado prestação de serviços de vigilância armada.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

11.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes no âmbito da sede do ICMBio.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1. A presente contratação encontra-se prevista no **Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026**, no Documento de Formalização de Demanda nº **40/2026**, na Contratação Nº **443033-49/2026**, sendo considerada crítica, de alto impacto, para as atividades do ICMBio.

12.2. O processo de planejamento da contratação é ostensivo e aberto ao público conforme a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

13.1. O benefício direto para Administração resultante desta contratação constitui-se na guarda do patrimônio público contra ações lesivas de terceiros, como atentados às instalações, roubo ou furto de equipamentos e outras situações que podem ocorrer em caso de inexistência da prestação do serviço objeto da presente demanda.

13.2. A execução indireta dos serviços terceirizados por meio da contratação de empresa especializada proporcionará maior segurança às pessoas, bem como permitirá ao ICMBio continuar sua atuação dinâmica, na medida em que possibilitará que seus servidores concentrem esforços exclusivamente no exercício de suas atribuições legais,

no que diz respeito às atividades de planejamento, coordenação, fiscalização e controle, sem terem que se ocupar com elementos de cunho operacional e auxiliar, nem tampouco com a realização de atividades secundárias, embora essenciais, dispondo-os de maior capacidade de resposta às demandas ambientais da sociedade brasileira.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1. Não serão necessárias atividades de adequação do ambiente do Contratante.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. Não haverá impactos ambientais no ICMBio decorrentes da contratação que sejam necessários ser pormenorizados no presente ETP.

15.2. Os serviços deverão ser executados conforme os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União disponibilizado no sítio eletrônico <https://www.gov.br/agu/pt-br/>.

15.3. O CONTRATADO deverá seguir a legislação sanitária em vigor, respondendo, com exclusividade, por todas e quaisquer multas ou interpelações das autoridades competentes.

15.4. O CONTRATADO deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

15.5. O CONTRATADO deverá adotar, como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhados por intermédio de seus profissionais no desempenho de suas atividades, a otimização dos recursos materiais, a redução de desperdícios e o consumo consciente de água e energia a instrução dos profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, em especial aos recipientes adequados para coleta seletiva, disponibilizados nas dependências da Administração.

15.6. A empresa licitante deverá apresentar a Declaração de Sustentabilidade Ambiental, que deverá estar anexo à proposta de preços, sob pena de recusa desta, com vistas à efetiva aplicação dos critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação da Administração Pública.

15.7. A execução contratual deverá observar, de forma obrigatória, práticas de sustentabilidade ambiental compatíveis com a natureza do objeto, incluindo, no mínimo:

a) **utilização prioritária de equipamentos recarregáveis**, especialmente lanternas com baterias de lítio reutilizáveis, de modo a reduzir o consumo de pilhas descartáveis;

b) **destinação ambientalmente adequada de pilhas, baterias e demais resíduos perigosos**, em conformidade com a legislação ambiental vigente, sendo vedado o descarte em lixo comum;

c) **adoção de equipamentos, uniformes e materiais de maior durabilidade e resistência**, de modo a reduzir a frequência de substituições e, conseqüentemente, a geração de resíduos sólidos;

d) **orientação periódica dos profissionais alocados sobre boas práticas ambientais**, incluindo uso racional de energia, descarte correto de resíduos e cumprimento das normas ambientais internas do órgão.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. A equipe de planejamento declara viável esta contratação.

17. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

17.1. Trata-se de serviço comum e disponível em um mercado próprio e estável composto por diversos fornecedores, cujos serviços são comparáveis entre si.

18. RESPONSÁVEIS

ELAINE CHRISTINNE COSTA ELOY

Coordenadora de Logística

ANDRÉ LUIS ROSA SOTER DA SILVEIRA

Técnico Administrativo

19. ANEXOS

19.1. ANEXO I - Pesquisa de Preço de Vigilante Armado (SEI n.º 021129436);

19.2. ANEXO II - Planilha de Custo e CCTs de Vigilante Armado (SEI n.º 023250812); e

19.3. ANEXO III - Mapa de Riscos (SEI n.º 023083060).

20. APROVAÇÃO

20.1. De acordo, **aprovo** na totalidade este Estudo Técnico Preliminar.

PAULO ROBERTO DE ARAÚJO

Coordenador-Geral de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Christinne Costa Eloy, Coordenador(a)**, em 15/04/2026, às 09:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luis Rosa Soter da Silveira, Técnico Administrativo**, em 15/04/2026, às 10:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto de Araújo, Coordenador(a) Geral**, em 15/04/2026, às 10:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **023033150** e o código CRC **B5DD951A**.